

Ata da Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura

*Dias: 23 e 24/02/2015
Secretaria de Estado da Cultura*

No dia vinte e três de fevereiro, a Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura se reuniu no salão nobre da Secretaria de Estado da Cultura para dar continuidade aos trabalhos. A mesa foi composta por Osterno Souza e Jamil Scatena, titulares indicados pela Secretaria de Estado da Cultura e Livia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura.

A reunião começou com a aprovação da ata. Veguinaldo Rodrigues, titular de São Paulo Capital, pediu a correção do número de Fábricas de Cultura. Os documentos apresentados nos textos de Diagnóstico apontavam 11 unidades, mas ele afirmou que são dez em funcionamento até a presente data.

Livia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, perguntou à Comissão se mais alguém gostaria de acrescentar algum destaque aos textos das dimensões Simbólica, Cidadã e Econômica enviadas por email. Ela lembrou que o grupo ficou de fazer as sugestões por email, mas apenas Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, enviou um documento com contribuições para a dimensão Cidadã.

Sebastião Soares sugeriu aos membros do grupo da dimensão Cidadã que continuassem as discussões nos mesmos moldes feitos pela dimensão Simbólica. Ele frisou que falta uma Análise Situacional passa a passo das ações de cada coordenadoria da Secretaria. Ele sugeriu que o grupo trabalhasse rapidamente nisso e, na sequência, partisse para os Desafios.

Veguinaldo Rodrigues, titular de São Paulo Capital, disse a Sebastião Soares que o material de Diagnóstico Situacional enviado por ele com 29 indicações de Desafios e Oportunidades produzidos pelo grupo da dimensão Cidadã estava com informações difusas e incompletas sobre as Organizações Sociais e precisava de revisão. O representante se prontificou a apresentar as suas considerações por escrito a Sebastião Soares.

Osterno Souza, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, lembrou à Comissão que já estávamos em fevereiro e só restam as reuniões de março e abril para conclusão dos trabalhos, sendo que na última o plano deverá estar pronto. Ele manifestou preocupação de terminar o prazo e o grupo não ter nada para apresentar e lembrou que as pessoas eleitas devem uma resposta a região que representam. Osterno pediu mais dinâmica ao grupo, um trabalho menos prolixo e mais gerador de resultados. O representante ficou de levar uma resposta à Comissão sobre a reunião com o secretário de Estado da Cultura, Marcelo Mattos Araújo, solicitada pelo grupo. Osterno explicou que o secretário estava ausente, mas que falaria com ele hoje.

O grupo decidiu por se dividir em grupo para continuar o trabalho nas dimensões, agora levantando os Desafios para depois partir para Diretrizes e Prioridades. André Silva dos Santos, titular de São José dos Campos, pediu a palavra e propôs ao grupo que – antes da divisão – a Comissão discutisse como vai se posicionar em relação ao convite da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Alesp, ao secretário para falar sobre o Plano Estadual de Cultura no próximo dia cinco de março.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, propôs que a Comissão revisse as minutas de Conselho e Fundo. Ele lembrou que ficaram pendências para serem resolvidas antes do envio ao secretário. Ele também indagou se todo mundo entendeu o que os relatores e facilitadores pactuaram como produto final na pré-reunião do mês anterior:

- 1- Introdução/Apresentação, feita pelo Secretário
- 2- Caracterização Histórica
- 3- Marcos Legais
- 4- Análise Situacional a partir das dimensões Simbólica, Econômica e Cidadã [Desafios]
- 5 - Diretrizes e Prioridades
- 6 - Objetivos
- 7 - Metas
- 8 - Ações

ANEXOS

Definições

Bibliografia

Neste momento, a Comissão recebeu a visita do secretário de Estado da Cultura, Sr. Marcelo Mattos Araújo. Ele disse que recebeu o aviso do Jamil Scatena e do Osterno Souza, titulares indicados pela Secretaria, que a Comissão havia solicitado uma audiência e optou pelo atendimento antes de prosseguir com sua agenda. Também destacou que a Secretaria recebeu da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Carlos Neder, um convite para uma audiência pública no próximo dia cinco de março às 14 horas para debater o Plano Estadual de Cultura.

O secretário informou que ele tem a responsabilidade de apresentar semestralmente à Comissão de Cultura da Assembleia um relatório sobre suas atividades. Na última apresentação no final do ano passado, Marcelo Mattos Araújo foi indagado sobre o andamento do Plano Estadual de Cultura. Naquele momento, o deputado manifestou interesse de convocar uma reunião para discussão do Plano. O secretário afirmou ser fundamental a apresentação de um relatório a partir da Comissão. Ele explicou que se trata de discussão e não de uma instância deliberativa, nem decisiva, nem de análise dos trabalhos da Comissão, já que o trabalho ainda está em andamento. Ele afirmou considerar uma iniciativa importante, adequada e oportuna que reflete o interesse do deputado Carlos Neder.

O secretário solicitou que a Comissão indicasse alguém para ser o representante da Comissão e ir com ele à Assembleia fazer o relato do andamento do Plano em 15 minutos. Ele também se colocou à disposição para esclarecer as dúvidas.

Miriam Fontana, suplente de Ribeirão Preto, indagou por que a Comissão de Educação e Cultura da Alesp tem uma vaga na Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura que nunca foi ocupada. Ela disse receber com estranheza o convite pelo fato deles terem assento na nossa Comissão e nunca terem comparecido e agora convidarem para uma reunião em paralelo ao trabalho do grupo.

Marcelo Mattos Araújo ressaltou que realmente na resolução da Secretaria previa a participação da Comissão de Educação e Cultura da Alesp. A Secretaria encaminhou uma correspondência à Comissão de Educação e Cultura solicitando uma indicação e não foi preenchida. Eles não indicaram, mas justificaram que, por ser período pré-eleitoral, havia uma interdição legal para representação por parte de órgãos legislativos.

Amilson Godoy, titular de Música, disse considerar o convite uma tentativa de esvaziamento da Comissão, uma forma de transferir as discussões para outro lugar, em um momento em que ainda não há nada definido. O secretário afirmou não ser uma convocação, mas um convite. Ele disse que não enxergar como uma tentativa de esvaziamento, mas como uma demonstração de interesse adequada em relação aos trabalhos do grupo.

Raul Christiano, titular da região de Santos, pontuou que acha importante, já que o Plano quando pronto será submetido à Assembleia e irá se tornar uma Lei Estadual. Mas propôs que, da mesma forma que a Comissão de Educação e Cultura não respondeu em virtude do processo eleitoral, a Secretaria e a Comissão não participem no dia cinco, uma vez que nem todos os deputados continuarão deputados depois do dia 15 de março, quando se inicia um novo ano legislativo na Alesp.

Marcos Pardim, titular da região de Sorocaba, afirmou que o convite é uma oportunidade que caiu no colo da Comissão, que estava clamando por um espaço político. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, disse se sentir contemplado. Ele considera que o grupo precisa ocupar este espaço e propôs uma apresentação resumida em powerpoint do que a Comissão tem: as minutas de Conselho e Fundo.

Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, disse que o convite veio ao encontro das discussões anteriores do grupo sobre a falta de importância política da Comissão, que não tem colocado fotos, nem relatos das reuniões. Segundo ele, isso dificulta o trabalho com as bases, que não enxergam a Comissão como uma representatividade. Ele informou ao secretário que o grupo estava discutindo quais caminhos adotar para continuar como representantes em todo o processo. Ele pediu que o encontro do dia cinco fosse estrategicamente pensado para não parecer que só o secretário estava levando o Plano para a Alesp.

Marcos Pardim, titular da região de Sorocaba, perguntou ao secretário se seria possível enviar a minuta do Fundo e Conselho e já colocar este material em consulta pública. Hadailton Teixeira, titular da região de São José do Rio Preto, solicitou a Marcelo Mattos Araújo a presença de alguém do jurídico no sentido de acelerar os trabalhos.

Marcelo Mattos Araújo pontuou que é possível pensar em um acompanhamento da Comissão nestas etapas de consulta pública, mesmo porque – quando terminado – a Comissão terá sido a instância responsável pela elaboração do Plano Estadual de Cultura.

O secretário frisou que as propostas referentes ao Conselho e ao Fundo deverão seguir um procedimento distinto, elas têm que ser pensando junto ao Sistema Estadual de Cultura que faz parte de uma tramitação jurídica distinta do Plano Estadual de Cultura. Ele reconheceu as contribuições da Comissão e perguntou se os trabalhos do grupo em relação ao Fundo e ao Conselho poderiam ser encaminhados à Secretaria formalmente, para a incorporação das contribuições no processo de discussão do Conselho e do Fundo. Ele respondeu que não há como colocar a Consultoria Jurídica para analisar os documentos antes do encaminhamento e que primeiro precisa receber da Comissão estas propostas para depois ter as análises jurídicas necessárias.

Em relação ao Plano Estadual de Cultura, Marcelo Mattos Araújo afirmou que o grande compromisso do grupo é a conclusão dos trabalhos até abril. Isso vai permitir a Secretaria pensar nas etapas futuras de consulta pública e, posteriormente, de discussão no âmbito da Comissão de Educação e Cultura na legislação futura. O secretário pediu licença para sair e dar continuidade a agenda, mas agradeceu à Comissão por seu trabalho.

Jamil Scatena, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, propôs que a Comissão já resolvesse as solicitações do secretário: a eleição de uma pessoa para representar a Comissão na Alesp e a entrega formal das minutas do Conselho e do Fundo para ele encaminhar ao jurídico.

Hadailton Teixeira, titular da região de São José do Rio Preto, perguntou se a Secretaria poderia bancar a vinda dos integrantes da Comissão na audiência na Alesp no dia cinco de março. Jamil Scatena ficou de verificar e avisar até o dia seguinte. Hadailton Teixeira pediu à Secretaria mais enfoque aos trabalhos realizados pela Comissão na mídia para fortalecer os trabalhos realizados pelo grupo.

Os membros da Comissão começaram a sugerir nomes para ser representante do grupo na Alesp. Alguns indicaram pessoas presentes, outros não. Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, propôs que a votação fosse deixada para o dia seguinte. A mesa encaminhou a votação. 24 foram a favor da votação naquele momento, 2 votaram contra e houve 1 abstenção. Na sequência, foi encaminhada a votação dos favoráveis que o indicado para o dia cinco estivesse presencialmente ali. 25 foram a favor e houve 2 votos contra. Veguinaldo Rodrigues, titular de São Paulo Capital, propôs que nos processos de votação cada representante que peça a palavra para encaminhamento, e ou esclarecimentos, se inscreva no máximo duas vezes para que as reuniões avancem.

O grupo indicou as seguintes pessoas para representante: Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas e Marcos Pardim, titular da região de Sorocaba. A mesa encaminhou a votação: 10 pessoas votaram em Amarantino de Oliveira, 14 votaram em Sebastião Soares e 4, em Marcos Pardim.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, se voluntariou a construir a apresentação de powerpoint para o dia cinco e ficou de disponibilizar o material por email até o dia 27 de fevereiro. Ele ainda propôs que o documento siga o seguinte roteiro: como foi construída a Comissão, minutas do Conselho e Fundo e Sumário do Plano Estadual de Cultura.

Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, solicitou que a fotos dos encontros sejam disponibilizadas no site do Plano Estadual de Cultura. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, sugeriu a releitura das minutas de Conselho e Fundo na parte da tarde. A Comissão concordou.

Após o almoço, a mesa foi composta por José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, que começou a leitura das minutas do Conselho e do Fundo. Ele lembrou que a Comissão irá entregar para a minuta do Sistema Estadual de Cultura. Maria Stela Cabral, titular da Grande São Paulo, pediu que substituísse o item e “Colegiado Setorial de Cultura Digital e Eletrônica”. Ela argumentou que não existe Cultura Digital, mas Arte Digital e sugeriu a seguinte construção: “Colegiado Setorial de Arte Digital e Cultura Eletrônica”.

Carlos Camilo Mourão Junior, titular de Patrimônio, pediu a correção na parte dos membros titulares do Poder Público. No lugar de Secretaria Estadual da Casa Civil entrou a Secretaria Estadual de Governo, porque esta última assumiu diversas atribuições anteriormente conferidas à primeira.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, sugeriu colocar os Pontos de Cultura em Poder Público e não em Sociedade Civil. Izabel Christina Galvão da Silva, suplente dos Pontos de Cultura, discordou e disse que o lugar deles é na Sociedade Civil. Veguinaldo Rodrigues, titular de São Paulo Capital, apoiou Izabel Christina Galvão da Silva defendendo os Pontos de Cultura como representantes da Sociedade Civil e não do Poder Público. A Comissão resolveu deixar como estava no documento.

Na parte do Fundo Estadual de Cultura, os membros divergiram sobre o parágrafo único que diz: “É vedada a utilização de recursos do Fundo Estadual de Cultura – FEC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual, Federal, entidades vinculadas, bem como sua vinculação às leis, programas e projetos existentes nas 3 esferas”.

Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, explicou que o Sistema Estadual de Cultura terá sim outros fundos, inclusive o PROAC. Ele explicou que o parágrafo foi elaborado para evitar que se jogue a verba de um fundo que já existe no fundo principal com a alegação de que o fundo já foi alimentado.

Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, concordou com Amarantino e explicou que o parágrafo exclui as entidades beneficiadas com qualquer lei das esferas municipal, estadual ou federal de receber recursos do fundo para despesa de custeio, seja PROAC, seja Ponto de Cultura.

Amarantino de Oliveira sugeriu quebrar o parágrafo único em dois parágrafos. Maria Stela Cabral, titular da Grande São Paulo, disse que há um outro problema porque existe uma lei que permite que as instituições gastem até 15% em manutenção e o dinheiro do Ponto de Cultura vem do fundo, então o fim da frase não está correto.

A Comissão resolveu avançar na leitura e depois voltar à esta discussão. O grupo definiu em 15% o percentual de orçamento anual da Secretaria de Estado da Cultura a ser destinado ao Fundo Estadual de Cultura. Oswaldo Ramos Leão, suplente da região de Itapeva, disse que era bom colocar 15% para ter um poder de negociação. Ele argumentou que, se o grupo optasse por 5%, este percentual poderia cair para 2%. Marcos Pardim, titular da região de Sorocaba, ressaltou que este percentual é em cima do mínimo a ser destinado para a Cultura definido pelo Governo Federal, ou seja, 1,5% do orçamento e não em cima do orçamento atual.

No inciso XIV, que fala sobre a contrapartida de incentivo à captação de empresas via PROEMP (INVESTE – SP), Amarantino de Oliveira explicou à Comissão que existe uma lei de incentivo à captação de grandes empresas pelo Estado. Ele sugeriu que uma das contrapartidas das empresas beneficiadas nesta lei seja o aporte de recursos para o Fundo – o que poderia acontecer por doação, por patrocínio direto, etc.

André Silva dos Santos, titular de São José dos Campos, pediu um esclarecimento sobre um fundo público que empresta dinheiro. Ele indagou se alguém saberia dizer se existe outro fundo no País que tenha um mecanismo parecido.

Gabriel Fontes Paiva, suplente de Teatro explicou que isso foi um item que veio da minuta original e foi aceito. Ele explicou que ninguém viu com maus olhos porque se trata de um recurso reembolsável: você faz um empréstimo para fazer cultura e depois paga. É uma maneira de incentivo sem a isenção promovida pela lei de incentivo. Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, salientou que o Fundo Nacional tem este mecanismo, mas ainda falta regulamentação.

André Silva dos Santos, titular de São José dos Campos, indagou como um fundo que se propõe a tratar do fazer artístico cultural de interesse público pode criar uma ferramenta que tratará exclusivamente de direito privado com intenção primeira no lucro. O representante também defendeu a soberania das Comissões com a sugestão do seguinte texto: “As Comissões devem ser soberanas. Para a seleção de projetos apresentados ao Fundo Estadual de Cultura será constituída Comissões de Avaliação e Seleção soberanas”.

Gabriel Fontes Paiva, suplente de Teatro, acrescentou que as Comissões não podem ser paritárias, não pode haver Poder Público. Esta seleção deve ser feita por pares da área. André Silva dos Santos, titular de São José dos Campos,

disse que o grupo estava confundido a Comissão de Gestão do Fundo com a Comissão de Avaliação e Seleção dos Projetos. Ele sugeriu o seguinte texto para o Artigo 7: “Serão constituídas comissões para avaliação dos projetos de acordo com cada edital”.

Carlos Camilo Mourão Junior, titular de Patrimônio, argumentou que as Comissões não devem ser paritárias. Ele citou que em algumas linguagens não cabe nem 1% de Poder Público. Já em outras linguagens, 25% pode se mostrar insuficiente. Ele sugeriu deixar isso a critério do Conselho e dos Colegiados Setoriais que conhecem a realidade de cada área. A Comissão decidiu pela seguinte redação:

“Art. 7. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Estadual de Cultura – FEC serão constituídas Comissões de Seleção Específicas com notório saber na área.

§ 1º As Comissões de Seleção Específicas serão constituídas por 25% de membros indicados pelo poder público e 75% de membros da sociedade civil.

§ 2º O Conselho Estadual de Políticas Culturais poderá alterar a composição supracitada tendo em vista situações específicas.

Art. 8. Na seleção dos projetos as Comissões devem ter como referência o Plano Estadual de Cultura – PEC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC”.

No dia vinte e quatro de fevereiro, a Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura se reuniu no salão nobre da Secretaria de Estado da Cultura para dar continuidade aos trabalhos. A mesa foi composta por Osterno Souza, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura e Livia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura. A reunião começou com a leitura do ofício feito para ser enviado ao deputado Carlos Neder em atenção ao convite feito ao secretário Marcelo Mattos Araújo para ir à Assembleia explicar o andamento do Plano Estadual de Cultura. Ficou pactuado que o ofício seria enviado junto com a lista dos nomes de todos os integrantes da Comissão.

Na sequência, o grupo voltou às minutas do Conselho Estadual de Cultura e Fundo Estadual de Cultura para decidir as pendências do dia anterior. Uma delas era o inciso VI. “estabelecer para a Comissão Estadual de Incentivo à Cultura – CEIC do Fundo Estadual de Cultura – FEC as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Estadual de Cultura – PEC”.

Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, questionou “estabelecer para a Comissão”, perguntando em que momento ela foi criada. José Vinagre, titular da região de Bauru, citou o Artigo 4 do Fundo Estadual de Cultura que diz: “O Fundo Estadual de Cultura será administrado pela Secretaria de Estado da Cultura na forma definida no regulamento”. Neste regulamento pode ter um comitê gestor, por isso ele sugeriu a exclusão do inciso que foi anteriormente aprovado por todos. A Comissão acatou.

O grupo voltou a discussão do parágrafo único: “É vedada a utilização de recursos do Fundo Estadual de Cultura – FEC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual, Federal, entidades vinculadas, bem como sua vinculação às leis, programas e projetos existentes nas 3 esferas”. Livia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, consultou a minuta antes das alterações feitas pela Comissão. No texto original, este parágrafo tem um ponto final depois de “vinculadas”. Não existe o complemento “bem como sua vinculação às leis, programas e projetos existentes nas 3 esferas”, que é o trecho em que há divergência de entendimento.

Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, argumentou que a frase complementar é de fundamental importância. Ele sugeriu a quebra em dois parágrafos. O primeiro iria até “vinculadas” e o segundo teria o conteúdo da frase seguinte: “bem como sua vinculação às leis, programas e projetos existentes nas 3 esferas”.

A mesa encaminhou a votação. A primeira proposta foi de quem era a favor da manutenção do parágrafo único como estava no texto original: “É vedada a utilização de recursos do Fundo Estadual de Cultura – FEC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual, Federal, entidades vinculadas”. A segunda foi de quem era a favor da sugestão do Sebastião Soares: “§ 1º. É vedada a utilização de recursos do Fundo Estadual de Cultura - FEC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual, Federal e entidades vinculadas e § 2º É vedada a vinculação de recursos do Fundo Estadual de Cultura às leis, programas e projetos

existentes nas três esferas”. Três pessoas votaram na primeira proposta e 17 optaram pela segunda, que foi a vencedora sem nenhuma abstenção.

A próxima etapa foi a divisão da Comissão em três grupos – dimensões Simbólica, Cidadã e Econômica – para terminar o Diagnóstico e levantar os Desafios. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, propôs que fosse elaborado um ofício em nome da Comissão encaminhando as minutas de Conselho e Fundo ao secretário, se possível ainda naquele dia e com registro fotográfico.

Aline Andrade Rocha, assessora do deputado Carlos Neder, pediu a palavra para transmitir o convite do deputado à Comissão. Ela explicou que não falou antes com o grupo, porque entendeu que o convite foi feito ao Secretário, que repassaria o convite aos membros.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, disse à assessora que o grupo ficou confuso com a divulgação de uma audiência sobre o Plano Estadual de Cultura, que é um trabalho que a Comissão vem fazendo há muitos meses. Ele explicou que soube do convite pelas redes sociais e que o grupo não estava sabendo de nada. Ele pediu que isso não se repita, que um novo convite não seja divulgado sem antes informar primeiro a Comissão, que é a responsável pelo Plano Estadual de Cultura.

Marcos Pardim, titular da região de Sorocaba, reforçou a fala de Neto, argumentando que houve uma indelicadeza com a Comissão. André Silva dos Santos, titular de São José dos Campos, lembrou a assessora que na Comissão há representantes do Estado inteiro e que seria importante o deputado enxergar o grupo como parceiro.

A assessora se despediu e a Comissão voltou aos grupos de discussão divididos por dimensões. A Comissão voltou para a plenária no final do dia para aprovar o ofício feito para o secretário. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, pediu a substituição de “propostas de minuta do Conselho Estadual de Política Cultural e do Fundo Estadual de Cultura” por “proposta do Sistema Estadual de Política Cultural”.

Osterno Souza, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, argumentou que serão entregues as minutas do Conselho e Fundo. José Pedro da Silva Neto disse que a Comissão aprovou a minuta do Sistema. Lívia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, disse que os documentos já revisados eram as minutas do Conselho e do Fundo. Ela acrescentou que o Sistema ainda precisava de revisão para acertar o número dos artigos e parágrafos.

Osterno Souza, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, sugeriu que a Comissão fizesse a entrega das minutas do Conselho e do Fundo e, numa próxima oportunidade, do Sistema. Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, disse que, se é assim, tudo bem.

Sobre as discussões nos grupos, José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, disse que o grupo da dimensão Simbólica não via necessidade de apresentar o Diagnóstico e Desafios. Como facilitador da dimensão Simbólica, ele propôs elaborar o texto corrido e enviar dentro de duas semanas para o email de todos. A finalidade é que no próximo encontro os membros da Comissão tragam as inclusões que querem fazer. Ele pediu para as pessoas enviarem as sugestões por email e lembrou que a Comissão ainda tem que fazer as Diretrizes, Prioridades, Objetivos, Metas e Ações e só restam uma reunião e meia, já que o último dia é de fechamento.

Ele sugeriu que os facilitadores das outras dimensões façam o mesmo e propôs que as três dimensões levem uma lista de Diretrizes e Prioridade e disponibilizem na lista de e-mails para adiantar o andamento dos próximos encontros. Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, questionou o Diagnóstico por dimensões. Ele sugeriu um texto único com as três dimensões. Lívia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, disse que poderia fazer a junção, desde que os facilitadores de cada dimensão enviem seus textos até dia 13 de março.

Marcos Pardim, titular da região de Sorocaba, propôs que a Comissão estenda o horário nas duas próximas segundas-feiras, a de março e a de abril, em virtude do volume de trabalho que ainda precisa ser feito. Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, sugeriu a seguinte dinâmica para o próximo encontro: aprovação do texto de Diagnóstico pela plenária, divisão da Comissão em grupos de trabalhos, enquanto um grupo pensa Diretrizes, outro pensa em Metas, e depois isso volta para a plenária. Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, disse que Diretrizes e Metas são dependentes umas das outras e que não há como separar.

Oswaldo Ramos Leão, suplente da região de Itapeva, agradeceu a equipe do Cerimonial da Secretaria de Estado da Cultura por todo trabalho prestado durante os encontros da Comissão. A reunião terminou com o grupo entregando as minutas do Conselho e Fundo ao secretário Marcelo Mattos de Araújo.

Eu, Livia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, redigi a presente ata.